**DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES SOCIOLÓGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN FERNANDES**

**DEPENDENCY AND DEVELOPMENT: SOCIOLOGICAL INTERPRETATIONS OF FERNANDO HENRIQUE CARDOSO AND FLORESTAN FERNANDES**

**Giuliano Manera Longhi**

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)*

*Endereço: Rua Comissário Justo, 1498, Apt. 402 – Centro – Santa Maria*

*e-mail: giuliano.longhi@hotmail.com*

**RESUMO**

O artigo tem o intuito de analisar as interpretações sociológicas de Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes das economias latino-americanas. Dado o enfoque do estudo da revisão bibliográfica dos autores na dependência daquelas economias, trata-se como se deu o processo de ruptura no passado do chamado pacto colonial e os ciclos de desenvolvimento interno do capitalismo das sociedades latino-americanas, no contexto histórico da Revolução Industrial. Esse desenvolvimento teve diversas nuances de país a país, mas demonstrando um padrão em todos por motivos que remontam, principalmente, pelo passado das colônias e a procura, pelos estratos dominantes do setor exportador de garantir as suas posições de privilégio de dominação social e política – e agora econômica – da sociedade nacional. Isso não exclui a posição heteronômica das camadas privilegiadas em relação ao setor externo, pela necessidade de, cada vez mais, associar-se ao capital estrangeiro pelas novas formas de dominação externa do imperialismo – fator que, fundamentalmente, expõe a dificuldade das economias subdesenvolvidas em romper de vez com o passado colonial.

**Palavras-chave:** Dependência, Subdesenvolvimento, Capital Estrangeiro.

**ABSTRACT**

This article has the purpose of analyzing the sociological interpretations of Fernando Henrique Cardoso and Florestan Fernandes of the Latin-American economies. Given the study’s focus from the authors’ bibliographic review of the dependency of those economies, how happened the rupture process in the past of the so-called colonial pact and the internal development of capitalism of Latin-American societies, in the historical context of the Industrial Revolution. This development had many nuances from country to country, but showing a pattern in all of them for reasons that go back mainly to the colonial past and the search by the export sector dominating strata, to keep their privileged social and political – and henceforth economic – domination of the national society. This doesn’t exclude the heteronomic position of the privileged social layers to the external sector, because of the need to join foreign capital through the new ways of external domination of imperialism – in which, fundamentally, exposes the underdeveloped economies’ difficulty to disrupt, once and for all, with their colonial past.

**Keywords:** Dependency, Underdevelopment, Foreign Capital.

**1 – INTRODUÇÃO**

Uma das principais deficiências de uma análise puramente econômica do desenvolvimento histórico do capitalismo é de cair em certo “economicismo”. Ou seja, interpretar apenas sob óticas de produção, distribuição e troca de produtos intra e entre economias, como a economia nacional se forma e se desenvolve a partir da situação histórica inicial. Através de estudo de variáveis econômicas, como a taxa de acumulação de capital, de poupança, o nível de investimento produtivo, as transações com o exterior etc., ignora-se de certa forma as implicações sociais, políticas ou até axiológicas desse desenvolvimento.

O trunfo de uma análise integrada, histórica, econômica e sociologicamente é de ter a capacidade de reconhecer a amplitude das revoluções sociais do *status quo ante* que o desenvolvimento do capitalismo foi capaz de proporcionar para as nações do mundo, e como tal processo mudou as estruturas das sociedades nacionais a partir de seu advento. Essa análise, também, é muito rica principalmente para estudar os países de passado colonial da América Latina, ao reconhecer, *a priori*, que o capitalismo tem variados entraves, dificuldades e peculiaridades na sua penetração e difusão pelos países periféricos.

O objetivo aqui, portanto, é estudar dois importantes autores que se utilizaram desse método de análise do capitalismo nos países latino-americanos: Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes. Ambos se tornaram reconhecidos nacional e internacionalmente por seus diversos ensaios e interpretações sobre as implicações sociológicas e políticas do capitalismo na periferia e são referências sobre o assunto.

Os dois autores têm objeto e metodologia de análise bem semelhantes dentro das obras estudadas. Porém, mostrar-se-á nesse artigo que, apesar de tais similitudes, há ainda pontos de divergência ao longo das duas interpretações. Apesar de uma semelhança na exposição, das formas de dominação tradicionalista-patrimonialista dos estamentos dominantes ligados ao setor agro exportador, de influência weberiana, as duas metodologias não são, de todo, idênticas. O fator principal que concorre para isso é o fato de Florestan Fernandes – como confesso militante socialista – ter clara influência de uma interpretação de sociedade de classes, baseando-se em Marx. Isso não só causa diferenciação nas análises, mas ainda mais profundamente sobre o ponto em que o artigo se mostra mais contundente: o caráter da burguesia heteronômica latino-americana e sua associação ao capital estrangeiro, no capitalismo dependente, para a superação da condição de subdesenvolvimento e a condução da sociedade nacional à autonomização econômica.

Em que se sustentam essas duas abordagens para definir a dependência? Qual a origem da dependência da burguesia? Resolver estes questionamentos é chave para entender os contrapontos entre as duas interpretações sociológicas e a diferenciação de seus prognósticos para as economias subdesenvolvidas da América Latina.

A burguesia dependente é incapaz de, por si só, ensejar o desenvolvimento de encadeamentos produtivos complexos na periferia e é, portanto, necessário aos países periféricos associar-se ao capital estrangeiro das economias centrais para incentivar o desenvolvimento econômico? Ou a associação inequívoca ao capital estrangeiro é forma não só de corroborar, mas também de aprofundar as relações heteronômicas do capitalismo subdesenvolvido, minando a autonomia dos centros internos de decisão?

Esse artigo é composto de cinco seções, inclusa esta introdutória. Na segunda parte, apresentam-se os principais tópicos do estudo de F. H. Cardoso, tendo como central para esta exposição a obra “Dependência e Desenvolvimento: Ensaio de Interpretação Sociológica”. Na terceira seção, são apresentados os principais pontos da análise de F. Fernandes, utilizando-se principalmente da obra “A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica”; na quarta seção, o início trata de uma análise a partir de um comparativo que o próprio FHC faz de sua obra quando é eleito presidente, contextualizando sua teoria na organização mundial dos anos 1990, e faz-se uma análise comparando as interpretações dos dois autores sobre burguesia dependente e capital estrangeiro, para equacionar, dentro de cada leitura exposta, as perguntas feitas no fim do parágrafo anterior; e por último, na quinta seção, fazem-se as considerações finais.

**2 - DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO EM F.H. CARDOSO**

Cardoso & Faletto (1979) têm como ponto de partida de sua obra demonstrar como, metodologicamente, expõem o que chamam a transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas, pontuando os pontos fracos de certos autores que estudavam o desenvolvimento à época e que concebiam as economias subdesenvolvidas latino-americanas no pós-Segunda Guerra Mundial como em um estágio de transição ao pleno desenvolvimento. O objetivo de Cardoso & Faletto (1979) é fazer uma análise integrada do processo referido, que reconheça o desenvolvimento como processo econômico e como processo social.[[1]](#footnote-2)

O livro tem o claro objetivo, desde o princípio, de ressaltar a insuficiência de análises econômicas que dispensaram os caracteres sociais do processo de desenvolvimento do capitalismo na periferia. Os autores acreditam ser mais adequado um estudo “das condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento” (CARDOSO & FALETTO, 1979, p. 21) e não somente assinalar as consequências de fatores exógenos para o funcionamento do sistema econômico.[[2]](#footnote-3)

A análise estruturalista-histórica[[3]](#footnote-4), com o conceito de subdesenvolvimento que assinala aspectos estruturais econômicos dos elementos em atraso das sociedades latino-americanas é “manifestamente insuficiente”.[[4]](#footnote-5) A obra, portanto, tem o cuidado de não só levar em conta o particularismo histórico da formação das sociedades nacionais e as relações de interesses dos variados grupos sociais ligados a essa situação.

Cardoso & Faletto (1979) vão além, argumentam dentro dessa importância do estudo integrado sociológica e economicamente, que a associação feita por tais estudiosos estruturalistas entre a relação centro-periferia e desenvolvimento-subdesenvolvimento não pode ser feita de forma assim tão simples. De fato, a primeira relação tem cunho sociológico mais pertinente sobre a hegemonia política das sociedades nacionais centrais, enquanto a segunda se refere mais a elementos da posição econômica da nação no mercado mundial, e sobre a penetração e difusão do progresso técnico nas atividades produtivas.

Para Cardoso & Faletto (1979) as condições históricas são importantes para se analisar as condições de dependência das nações latino-americanas, mas aspectos econômicos têm uma tendência a serem mais transparentes, o que acaba nublando certas análises aos aspectos de subordinação dos sistemas sociais e políticos nacionais às economias centrais. Um exemplo disso é a economia brasileira do séc. XIX, que tem sua independência do sistema político nacional e não se submete mais diretamente aos interesses políticos portugueses, mas preserva aspecto de dependência econômica com a Inglaterra por causa das necessidades dos setores ligados à produção agroexportadora.[[5]](#footnote-6)

Assim, as economias dependentes se encontram numa situação que divide interesses, com a soberania nacional de um lado e os aspectos de subordinação ao mercado mundial de outro. As economias subdesenvolvidas sempre estiveram atreladas ao desenvolvimento do capitalismo mundial em situação subserviente, o que é crucial para entender sua relação dependente com o centro do capitalismo.

Essa dependência pode remontar desde os tempos coloniais, mas o interessante é que ela permaneceu mesmo com os movimentos de independências e a formação de sociedades nacionais na América Latina; de forma que a relação deixa de ser eminentemente “metrópole-colônia” para assumir um caráter de dependência em relação ao desenvolvimento do capitalismo a partir da Revolução Industrial – Inglaterra – o que implantou uma situação paradoxal de estado-nação independente, mas estabelecida na periferia do capitalismo mundial pela sua relação com o mercado externo.[[6]](#footnote-7)

Cardoso & Faletto (1979) ao analisarem o período que se configura como a “expansão para fora”, ou seja, que o desenvolvimento é dado por uma orientação com as atividades exportadoras, apresentam uma interessante contribuição para compreender as formas de dependência dos países em relação ao mercado externo: o livro as classifica entre: i) as economias que detinham o poder econômico produtivo internamente, mas eram subordinadas aos círculos de comercialização e financiamento externos (mercado externo); o aspecto notório era a produção agrícola trabalho-intensiva – com a utilização do trabalho escravo – e a expansão de terras cultiváveis pela colonização[[7]](#footnote-8). E também ii) o caso das chamadas economias de enclave, que pela característica capital-intensiva da produção – mineral, petrolífera ou agrícola – em países como Chile, Bolívia, Venezuela e na América Central, não possuíam esse controle econômico interno, pela necessidade de inversões de capital apenas possibilitadas no centro, e se tornavam ainda mais evidentes os aspectos econômicos da subordinação ao mercado externo e a dependência se mostrava mais pela aliança política com os grupos estrangeiros.[[8]](#footnote-9)

O desenvolvimento, então, provoca mudanças nas estruturas sociais a partir da relação das oligarquias agroexportadoras com os setores externos. A dependência significa uma ordem de associação das classes produtoras com os setores capitalistas centrais; entre as duas classificações acima mencionadas, a subordinação assume caracteres diferenciados, mas que ainda representaram mudanças para as sociedades periféricas no curso do desenvolvimento do capitalismo.[[9]](#footnote-10)

O momento da “transição”, ou seja, da passagem para a organização industrial pós-período de expansão para fora tem o caráter do acirramento dos interesses das classes sociais das nações, no âmbito da dependência externa e também interna, subdividido, como mostrado anteriormente, pelas situações adversas dos grupos sociais internos. A ascensão da “burguesia” latino-americana – as classes médias, nativas ou não, que não devem conceitualmente aqui se confundir com a burguesia europeia – frente aos grupos oligárquicos dominantes foi o elemento em comum da transição para o modo produtivo industrial na América Latina, principalmente a partir da crise de 1929.[[10]](#footnote-11)

A fase seguinte de firmação do mercado interno e da política desenvolvimentista, após a transição, aparece com o Estado com um papel bem mais atuante na forma da política econômica para o desenvolvimento. O período do chamado processo de substituição de importações[[11]](#footnote-12) marca uma nova etapa em que o contorno da associação com o capitalismo financeiro internacional se desenvolve com mais vigor na figura do desenvolvimentismo, através da utilização gradativa do investimento direto estrangeiro para empreender complexos produtivos na América Latina. Cardoso & Faletto (1979) então reconhecem como esse processo não foi resultado da ação de uma “burguesia conquistadora”, pois “representou mais uma política de acordos, entre os mais diversos setores, desde o agrário até o popular-urbano” (CARDOSO & FALETTO, *op. cit.*, p. 93).

Sobre as orientações da industrialização latino-americana, na orientação para o mercado interno, é feita a divisão em três tipos: i) a industrialização a partir de um setor exportador agrícola de vinculação com o empresariado privado (liberal); ii) a industrialização vinculada ao poder do Estado “nacional-populista”; e iii) a industrialização das sociedades incorporadas na ocorrência de enclaves que, visto a incapacidade dos setores exportadores em agregar-se internamente e o imperativo, assim, do “Estado desenvolvimentista”[[12]](#footnote-13). Para Cardoso & Faletto (1979) a “aliança desenvolvimentista” entre os setores populares, médios e burguesia industrial, no nacional-populismo, pôde lograr o desenvolvimento do mercado interno em vários países latino-americanos.

A partir disso, Cardoso & Faletto (1979) veem um imperativo na industrialização dos países latino-americanos e a associação com capitais externos para o pleno desenvolvimento, que provoca mudanças políticas e sociais profundas pelo próprio curso do desenvolvimento capitalista: “a penetração de capitais estrangeiros, se é certo que marginaliza determinados setores industriais, não chega a ser percebida como um problema para o desenvolvimento” (CARDOSO & FALETTO, *op. cit.*, p. 123). Seu caráter de associação é diverso daquele observado no âmbito agroexportador e pode, através da internacionalização do mercado interno, desenvolver o capitalismo industrial na periferia.

**3 – REVOLUÇÃO BURGUESA, CAPITALISMO DEPENDENTE E CLASSES SOCIAIS EM FLORESTAN FERNANDES**

A análise de Fernandes (1981a), de começo, já apresenta divergências interpretativas ao visto anteriormente. O autor apresenta seu objeto principal de estudo, o estabelecimento de uma burguesia no Brasil, e os “pecados” de certas interpretações em identificar já o burguês no senhor agrário, ou de não considerar burguesia nada que se observe em sociedades “em que não aparece nem o *Castelo* nem o *Burgo*” (FERNANDES, 1981a, p. 16, grifo do autor).

A independência do Brasil e a consequente ruptura do pacto colonial representaram uma transição: de uma sociedade colonial, composta pela senhoria rural, submissa à Coroa – basicamente “rentista” – para uma sociedade estamental, dividida em estamentos senhoriais intermediários e a aristocracia agrária. A transição teve o objetivo de formar-se um Estado-Nação política e socialmente independente, transplantando as condições de dominação colonial dos senhores rurais para garantir-lhes posição privilegiada, pela burocratização da dominação patrimonialista, sem excluir-se a relação heteronômica – por ser escravista, dependente do mercado externo e agrária.[[13]](#footnote-14)

Desagregar-se a dominação escravocrata senhorial no curso do século XIX foi a representação do desenvolvimento do capitalismo comercial e financeiro no país, crescendo a produção e consumo interno. Essa tal desagregação foi impulsionada principalmente pela *auri sacre fames* de dois agentes humanos: o fazendeiro, derivado do senhor agrário mas que se afasta do caráter senhorial pela avidez nitidamente capitalista, e o imigrante, pelo incentivo da acumulação monetária para voltar ao seu país de origem, não só substitui o trabalho escravo mas também ajuda a estabelecer o capitalismo comercial e a causar o “efeito demonstração” que traz de seu país. Dessa forma, estabelece-se a transição da ordem social senhorial para a ordem social competitiva, em que se passa de uma organização de estamentos senhoriais para uma ordem competitiva, através dos principais agentes humanos que têm a avidez capitalista, o fazendeiro e o imigrante.[[14]](#footnote-15)

A formação dessa ordem social competitiva é a organização institucional do sistema político e social para absorver os dinamismos da diferenciação das relações produtivas do capitalismo. O que diferencia as sociedades dependentes é que o capitalismo introduz-se antes da formação dessa ordem social competitiva.[[15]](#footnote-16)

O mercado neocolonial, no século XIX, caracteriza-se pelo controle político de dentro, a partir do estabelecimento da sociedade nacional via independência, mas tem controle econômico de fora, pela dependência dos setores agroexportadores ao mercado externo. A ordem senhorial e escravista das sociedades periféricas e economias dependentes, então, apresenta rigidez para absorver os dinamismos do desenvolvimento capitalista.[[16]](#footnote-17)

Como se concretiza, então, o “conjunto de transformações econômicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 203), a Revolução Burguesa no Brasil?

O contexto é da transição de uma era senhorial de hegemonia oligárquica para uma era do poder e da dominação burguesa, uma sociedade de classes. A burguesia, apesar de se mostrar nacionalista, democrática e revolucionária – aos moldes da Revolução Francesa – na verdade mostra-se conservadora e reacionária.[[17]](#footnote-18)

A dominação burguesa se consolida de forma conservadora no Brasil, dominando a classe operária e salvaguardando seus interesses ao ceder aos setores industriais e médios. O “velho” e o “novo”, a velha aristocracia colonial e as elites imigrantes fundem-se, mas a partir da lógica da dominação burguesa da oligarquia dominante. Essa consolidação, portanto, aconteceu por fatores do caráter heteronômico da burguesia, de sua certa debilidade e de um campo de atuação restrito, de “condições francamente adversas”.[[18]](#footnote-19)

A partir do momento da crise do poder burguês no século XX pós-1929, advêm dificuldades para a classe burguesa; pressões internas pelo acirramento com os setores populares, externas pela pressão do capital estrangeiro, e também a intervenção econômica do Estado. O esquema de dominação burguesa se estrutura no arquétipo da contra-revolução para defender seus propósitos: relacionar ao capital financeiro internacional, reprimir as ameaças proletárias ou populares e tornar o Estado no instrumento de sua dominação econômica, social e política. É nesse ponto que o capitalismo transita de competitivo para o capitalismo monopolista.[[19]](#footnote-20)

“Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 222). O autor usa-se dessa especificidade estrutural histórica para demonstrar como, no desenvolvimento capitalista brasileiro: não se rompeu com a dependência ao mercado externo; não se desagregou completamente o antigo regime e formas pré-capitalistas de relações produtivas; e, em última instância, não houve superação do subdesenvolvimento.

[...] o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção [...]; e dinamismos sócio-econômicos débeis e oscilantes...” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 223.)

Fernandes (1981a) cita três etapas desse desenvolvimento capitalista no Brasil, desde a independência até o período imediatamente posterior à “Revolução de 64”. Primeiro, a emergência e expansão do mercado capitalista moderno: a transição neocolonial, do começo do séc. XIX, passando da ruptura do pacto colonial ao estabelecimento de um mercado e comércio internos junto à internalização do excedente econômico do modo de produção escravista até a consequente crise deste, no terceiro quartel do referido século.

Em segundo, a etapa do capitalismo competitivo, partindo do período da participação concomitante do trabalho livre e do escravo nas relações produtivas, que são atraídos para as cidades, e das pressões de fora para dentro e também de dentro. Fernandes (1981a) mostra como o Brasil não cede inicialmente à pressões tanto a abolir a escravatura quanto a universalizar o trabalho livre, que eram interesses do desenvolvimento do capitalismo industrial da época; com as nações centrais, assim, exercendo poder sobre a periferia, indiretamente pelo mercado.

Essa forma de dominação se torna cada vez mais complexa ao passar-se de uma ordem neocolonial para competitiva, com o desenvolvimento – em condições periféricas – do capitalismo comercial-financeiro, e as associações aos empreendimentos de economias centrais[[20]](#footnote-21). O desenvolvimento do capitalismo competitivo se desdobra em uma dupla articulação contraditória, interna entre o setor urbano-comercial e externa com o setor de agroexportação dependente das economias do centro. Essa articulação, então, impede a ruptura definitiva com o passado através do capitalismo competitivo, pelos interesses divergentes que condensa.[[21]](#footnote-22)

Em terceiro, a expansão do capitalismo monopolista, que é diferenciado pelas adversidades dos períodos de guerras, a disseminação de revoluções no mundo pelo socialismo e a luta do capitalismo pela sua própria sobrevivência. A palavra de ordem, então, é o desenvolvimento pela associação com as economias centrais, expandir os grandes conglomerados na periferia e impedir a “ameaça vermelha”. O desenvolvimento monopolista na periferia, de forma “muito mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e a longo prazo, entre *democracia, capitalismo e autodeterminação*” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 254) e no Brasil “assumiu com referência à parte mais pobre, dependente e subdesenvolvida” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 255).

Esse processo se intensifica na década de 1950, em que o relativo amadurecimento industrial criou o ambiente propício para deslocarem-se os setores empresariais hegemônicos na periferia. Isso pode ser notado, por exemplo, com o período de Juscelino Kubitschek e as altas inversões de investimento direto estrangeiro para estabelecer as indústrias de base no Brasil. Essa “irrupção do capitalismo monopolista”, porém, teve um aspecto principal de não só afirmar mas aprofundar as desigualdades que se observavam na economia nacional.[[22]](#footnote-23)

Para Fernandes (1981a), o desenvolvimento do capitalismo na periferia, então, não tem os moldes clássicos de uma Revolução Burguesa democrática identificada com uma sociedade nacional independente. O modelo é, na verdade, contrarevolucionário, ultraconservador e autocrático, perpetuando as relações senhoriais no Estado-Nação para garantir seus privilégios sociais, políticos e econômicos, impedindo um desenvolvimento autônomo das relações produtivas pela heteronomia da burguesia periférica à hegemonia do capitalismo financeiro-industrial das economias centrais.

**4 – TEORIA DA DEPENDÊNCIA-ASSOCIADA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA**

Passadas as apresentações sobre o processo de desenvolvimento capitalista nacional de sociedades dependentes e periféricas para os dois autores estudados, cabe agora entender algumas diferenças entre as duas análises sobre a dependência e o desenvolvimento.

Fernando Henrique Cardoso demonstra o processo de desenvolvimento social, político e econômico da dependência nas sociedades latino-americanas e a situação de atraso causada pelo devido processo, especialmente no período de pós-Guerra.

Apesar de o autor entender a análise estruturalista-histórica como insuficiente, por ser puramente econômica, acaba por concordar com o receituário dos estudiosos principais da CEPAL para o desenvolvimento econômico da América Latina: a industrialização. A modernização trazida pela internacionalização do mercado interno e a “aliança desenvolvimentista” em prol da capitalização por meio de capital estrangeiro poderiam, então, desenvolver os países atrasados e levar à superação do subdesenvolvimento. Decerto que o estudo seja bem mais comprometido com os aspectos sócio-políticos do desenvolvimento capitalista, a forma da superação do atraso, fundamentalmente, não é descartada.

**4.1 – Comparando a dependência associada, anos 1960-1990**

 Além de ter publicado a sua obra principalmente analisada até agora, FHC acaba tornando-se posteriormente importante no cenário político brasileiro, principalmente na década de 1990 quando se torna Presidente da República. Seu papel no cenário político foi muito central e é lembrado até hoje; representou a estabilização política e econômica após um tempo extremamente conturbado no Brasil, de crises tão profundas que deixaram à decada de 1980 a alcunha de “década perdida”.

Justamente por ter participado tão ativamente de um processo de reformulação política do país, saindo de um longo tempo ditatorial, é que FHC pôde demonstrar ainda mais ativamente o que anteriormente expôs em suas publicações. Decerto que, não necessariamente o devido processo tenha sido única e exclusivamente de sua iniciativa e também ter se iniciado pouco antes de ter assumido o cargo de presidente, seu mandato ainda representa um ponto de inflexão na história política e econômica brasileira.

É importante dar ênfase a isso para a leitura de um texto de FHC no mesmo ano em que o autor é empossado, que é de uma Conferência dada pelo ex-presidente em Washington, em 1995. Não só pelo cargo que assumia, tampouco pelo momento em que o assume, mas sim o tema que o próprio presidente à época propõe, evidenciado pelo título: *Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*.[[23]](#footnote-24) O tema proposto pelo autor mesmo já é emblemático, mas também aqui nesse trabalho se justifica, pois essa publicação pode ser entendida como a “dependência reexaminada”.

Pode ser vista dessa forma porque “nas ciências sociais, os conceitos são historicamente densos” e que “apesar das referências seguidas a mim e a Faletto como autores pioneiros da ‘teoria’ da dependência, desde os anos 60 eu me recusava a dar várias análises sobre ‘situações’ de dependência, o caráter de ‘teoria geral’ da dependência...” (CARDOSO, 1995, p. 148.). O autor está reafirmando a sua tradição estruturalista-histórica herdada dos estudiosos latino-americanos da CEPAL ao chamar atenção para as especificidades das nações periféricas. Mas, ao longo do texto, passa a comparar os momentos diferentes entre a época em que escreveu sobre dependência e o período em que está como presidente. E o que pode ser entendido para o desenvolvimento daqueles países, através de sua obra, segue como:

Nos anos 70, desenvolvi melhor a nova forma de relacionamento entre o centro e a periferia através do conceito de desenvolvimento dependente-associado e passei a interessar-me, crescentemente, pelas opções políticas que levariam a situações de maior liberdade de escolha, a começar pela quebra do autoritarismo e, mais tarde, pela existência de novas formas de desenvolvimento econômico e social. (CARDOSO, *op. cit.*, p. 149)

Ou seja, admite-se a situação de dependência ao capitalismo central e, através da associação, as nações periféricas seriam capazes de alcançar formas de desenvolvimento mais amplas ao longo do tempo, que pudessem quebrar com formas políticas e econômicas ultrapassadas. Aqui também FHC argumenta que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior, mas um subproduto do processo de desenvolvimento.

Cardoso (1995) discute o que mudou na situação de dependência da América Latina, entre os anos 1960 e 1990 – em termos de conjuntura política e econômica, nacional e internacional. Por causa disso, o papel do Estado na forma de desenvolvimento a ser perseguida, a partir de então, não seria o mesmo. FHC faz uma análise comparativa de sua própria teoria, entre seu estudo sobre a dependência e a Conferência no começo de seu mandato presidencial.

Cardoso (1995) mostra como o conceito de desenvolvimento se expandiu desde os anos 60, deixa de ter um foco apenas em progresso técnico e crescimento econômico, e passa a ser multidisciplinar, desmembrando-se em variados conceitos complementares de desenvolvimento: humano, social, econômico, sustentável etc. Além disso, o autor verifica como a globalização afetou a inserção internacional dos países, de formas positivas ou negativas, principalmente a partir dos anos 1990.[[24]](#footnote-25) O papel do Estado é ressaltado por Cardoso (1995), em que “nos anos 60, tínhamos uma crença, ainda forte, na capacidade que o Estado tinha de moldar o progresso”.[[25]](#footnote-26)

Comparando historicamente, “talvez o ponto crucial da diferença entre os anos 60 e os 90 na América Latina seja a questão do regime político. A teoria da dependência nasceu no contexto autoritário” (CARDOSO, *op. cit.*, p. 153). Ao expor as dificuldades crescentes do processo de desenvolvimento em Estados autoritários e fortemente interventores, FHC demonstra o que seria o principal do seu governo: as reformas, como o próprio resume em uma passagem:

As reformas são bem conhecidas: a estabilização econômica num quadro de equilíbrio de contas públicas, a privatização e a liberalização comercial, a criação de infra-estrutura adequada e de um sistema financeiro ágil e moderno, a disponibilidade de qualidade gerencial, a recondução do Estado ao seu campo prioritário de atuação na prestação de serviços básicos, em particular em educação e saúde. (CARDOSO, *op. cit.*, pp. 154-55)

A dependência-associada então, na sua forma revisitada nesse texto, assume caráter primordialmente de redução no papel do Estado enquanto promotor do processo de desenvolvimento. As privatizações e liberalizações enfatizam esse papel para as empresas de capital estrangeiro, em uma forma mais aguda de associação do que aquela que o próprio FHC teria defendido anteriormente. A relação pode ser entendida de forma simples: se, através da globalização, intensifica-se a dependência, não se pode abandonar a associação ao capitalismo central, mas sim reafirmá-la.

A questão mais pertinente que Cardoso (1995) não entra em muitos detalhes é de que: se anteriormente a associação ao capitalismo central, através de um papel proeminente do Estado como grande agente em prol do desenvolvimento, não pôde tornar a América Latina desenvolvida, por que a manutenção (ou aprofundamento) da associação dependente, a partir agora dos anos 1990, seria capaz de tal feito?

**4.2 – O comparativo na ideia da modernização conservadora**

Os muitos questionamentos que são levantados, à medida que se aprofunda a análise teórica da dependência-associada de Fernando Henrique Cardoso, são um motivo a mais para entender a comparação de sua obra com Florestan Fernandes, entendendo melhor o porquê de a dependência representar esse grande entrave ao desenvolvimento da América Latina. A dependência-associada traz consigo dificuldade para compreender como tal processo poderia ser vantajoso para a periferia, pela latente ameaça de se piorar o quadro de instabilidade política, social e econômica de economias atrasadas entre os anos de 1960 e 1990.

O que se pretende reiterar aqui é que, a partir da análise de Florestan Fernandes, pode-se notar como o estudo de FHC, apesar de explicitar a necessidade de uma abordagem além da econômica, peca ao desconsiderar os efeitos justamente sociais, políticos e econômicos de uma “aliança desenvolvimentista” e da industrialização por meio de recursos externos. E é nisso que Florestan Fernandes se mostra mais contundente para mostrar os problemas de se defender tais formas para superar a dependência e o subdesenvolvimento. A grande diferença é que, ao invés de associação ao centro, a ideia seria de uma ruptura com esse tipo de associação, pois tal impede o desaparecimento de estruturas institucionais, políticas, sociais e econômicas dos tempos coloniais[[26]](#footnote-27), mantidas a todo custo pela oligarquia agrária para proteger seus privilégios.

Como mostram Pires & Ramos (2009), o termo modernização conservadora foi cunhado por Moore Jr. (1975) para denotar as diferenças do processo do desenvolvimento capitalista a partir das alianças entre os proprietários de terras e os setores produtivos. Em países como Estados Unidos, França e Inglaterra, o caráter revolucionário burguês apareceu de forma mais democrática e nacional, rompendo com a estrutura feudal e as suas formas de privilégio dos proprietários de terras. Já em países como Alemanha e Japão, os dois setores acima citados se pactuaram numa aliança de forma a assegurar as formas privilegiadas dos “terratenentes”, fato que não permitiu uma forma de ruptura histórica definitiva com as relações sociais, econômicas e políticas de estruturas pré-capitalistas dos antigos regimes.

Pires & Ramos (2009) ainda salientam como a modernização conservadora vista por estudiosos nacionais como Florestan Fernandes e Ignácio Rangel, foi entendida a partir do contexto da assimilação das formas capitalistas de organização produtiva no setor agropecuário no Brasil. Como Prebisch (2000) já também assinalava, o progresso técnico na periferia não teve sua difusão como nos países centrais; as vantagens comparativas não foram suficientes para manter o nível de preços dos produtos agrícolas e deterioraram-se os termos de troca.

Por isso, Pires & Ramos (2009) mostram como a questão fundiária, à luz da modernização conservadora, foi preservada em sua essência e não se experimentou uma revolução, de fato, em relação à organização de produção no campo. Enquanto parte da estrutura fundiária mais concentrada e privilegiada se modernizava em formas capitalistas e incorporava processos produtivos modernos, outra parte passou a ser expulsa do campo e forçada a transformar-se em mão-de-obra livre, deslocando-se para os centros urbanos em busca de trabalho. Esse foi o centro do debate da questão do campo por boa parte do século XX, principalmente no pós-guerra.[[27]](#footnote-28)

Fernandes (1981a) mostra como o padrão de dominação burguesa dependente provoca uma articulação paradoxal no desenvolvimento do capitalismo competitivo na periferia, integrando o setor urbano-comercial com o setor agroexportador e as economias do centro. Fernandes (1981b) ainda vai além, e mostra que a partir da transição para o capitalismo monopolista, o fator principal passou a ser a hegemonia imperialista, criando formas de associação que, a primeiro momento, eram pautadas pelo “desenvolvimentismo”, mas que acabaram por criar um processo “recolonialista”, em que

[...]as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados. (FERNANDES, 1981, p. 23)

As estruturas de poder consolidadas pelo capitalismo dependente impedem que a questão da “descolonização” seja solucionada (FERNANDES, 1981b), perpetuando formas arcaicas de relações sociais e econômicas através da aliança política subordinada dos setores fundiários agroexportadores com o capitalismo hegemônico central.

A orientação demonstrada por Cardoso & Faletto (1979), não pode ser, assim, interpretada de forma tão trivial, ao acreditar-se que a industrialização financiada por capitais externos não causaria maiores problemas e conduziria ao desenvolvimento. Como mostra Fernandes (1981a), “o capital internacional moderniza, mas retira da modernização o seu caráter revolucionário”, isto é, a modernização conservadora conduz a uma contra-revolução burguesa no capitalismo dependente que é anti-democrática, anti-nacionalista e anti-revolucionária. Isso acaba, sob a égide de um estado autocrático formado na lógica da dominação burguesa, impedindo um desenvolvimento capitalista que não exclua – com ou sem uso da violência – as classes proletárias e as massas populares.

**5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo procurou sumariar o pensamento de dois importantes autores brasileiros sobre o desenvolvimento do capitalismo na condição de dependência, da constituição da burguesia e os entraves da modernização emanada dos países centrais desde o século XIX.

As interpretações sociológicas de Fernando Henrique Cardoso apontam para a importância de analisar-se o desenvolvimento social, histórica e economicamente, pontuando os principais aspectos que o processo causa nas estruturas sociais advindas da constituição da sociedade nacional vinda de passado colonial na América Latina.

A partir da formação de uma burguesia nacional com orientação capitalista, foi superado o ínterim de expansão para fora e passou-se a uma orientação para dentro, em que, através da industrialização, os países latino-americanos poderiam abastecer o mercado interno por sua estrutura produtiva nacional, substituindo a necessidade de importar bens de consumo. Dessa forma, as alianças desenvolvimentistas não têm impedimento em se associar ao capital estrangeiro para implantar a indústria interna e conduzir a nação ao desenvolvimento.

Florestan Fernandes atribui a concepção de desenvolvimento à maneira como a sociedade nacional luta por um objetivo em comum a ser alcançado em prol da melhoria social de todos; o desenvolvimento encarado como um problema nacional (FERNANDES, 1971). A Revolução Burguesa que se constitui nas sociedades nacionais a partir da ruptura com o pacto colonial até as crises do capitalismo central na primeira metade do séc. XX representam o desenvolvimento do capitalismo dependente na periferia do mundo, modificando as estruturas sociais que existiam na época da dinâmica Metrópole-Colônia.

Mas a Revolução Burguesa na América Latina, apesar de se demonstrar revolucionária, de fato era reacionária e conservadora, com vistas a estabelecer alianças com as estruturas fundiárias agroexportadoras privilegiadas e instituir regimes de Estado autocráticos para confirmar os privilégios dessas classes dominantes e subjugar os direitos das classes proletárias e das massas populares.

Passou-se a acreditar nessas alianças para o objetivo da industrialização e o abastecimento interno através do capital estrangeiro, e associar-se com as economias centrais é tido como natural, além de que aprofundar a associação seria a meta para o desenvolvimento econômico (FERNANDES, 1981a, p. 242). Isso, porém, passou a limitar a ação da burguesia aprofundando a sua condição heteronômica em relação ao capitalismo financeiro internacional. Mesmo com a mudança que Cardoso (1995) salienta entre as economias nacionais entre os anos 1960 e 1990, o aprofundamento da associação continua sendo defendido com o objetivo do desenvolvimento econômico, agora na forma da orientação dominante do Consenso de Washington de se respeitar as “regras do jogo”.

Apesar da defesa de FHC do desenvolvimento da América Latina a partir da dependência-associada, a associação com as economias centrais permitiu a expansão dos conglomerados hegêmonicos na periferia, modernizando diversas estruturas produtivas, mas a partir da lógica dependente da dominação externa, aprofundando situações de heterogeneidade social pela concentração de capital e a heterogeneidade social causada pela expulsão das classes não-privilegiadas do campo.

É preciso ter em mente as dificuldades de desenvolvimento de economias atrasadas, além de montar um Estado que diminua as debilidades de uma burguesia nacional dependente que, historicamente, por si só não conseguiu ser o agente do desenvolvimento econômico dos países periféricos. No pós-guerra, ao comparar-se a experiência de países asiáticos com os latino-americanos, os primeiros tiveram maior êxito ao conseguirem superar organizações antigas da sociedade nacional – na forma oposta da modernização conservadora, pois puderam de fato discutir reformas agrárias. Na América Latina, governos autoritários tornaram-se impasse para aprofundar debates nesse sentido, e o atraso das economias não foi, de todo, superado.

Também uma associação ao capital internacional dificultaria o processo histórico de superação do subdesenvolvimento, tendo em vista o poderio tecnológico e financeiro das grandes empresas dos países centrais. Esse é outro paralelo que pode ser feito entre as experiências históricas de Ásia e América Latina que indica como o processo de industrialização latino-americano teve problemas para constituir uma autonomia tecnológica. O processo de substituição de importações, na verdade, foi um *endeavour* grande demais para a periferia latino-americana. Mal podia se sustentar níveis elevados de acumulação de capital, caracterizando o processo como uma sofisticação de importações, como mostra Furtado (1981).

A modernização conservadora é uma forma do desenvolvimento capitalista que impede que se foque na raiz do subdesenvolvimento de que falava Furtado: a assimilação de técnicas produtivas modernas para dinamizar e diversificar empreendimentos complexos confrontante com a procura de setores privilegiados das economias subdesenvolvidas por adaptar-se aos padrões de vida das economias centrais.[[28]](#footnote-29)

**6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina:** *Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, 5. ed.

CARDOSO, F. H. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes:** *ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, 2. ed.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Dependência, Desenvolvimento e Ideologia**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: FGV, vol. 10(4), pp. 43-71, out/dez 1970.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento:** *o mais político dos temas econômicos.* São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 15, nº 4 (60), outubro-dezembro/95.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil:** *Ensaio de Interpretação Sociológica.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981a, 3. ed.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b, 3. ed.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *O Desenvolvimento como Problema Nacional*. In: **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, 2. ed.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981c, 1. ed.

FURTADO, C. **O subdesenvolvimento revisitado.** In: Economia e Sociedade. Campinas: n.1., 1992, p.13.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica**. São Paulo: Revista de Economia Política, Vol. 1, nº 1, janeiro-março/1981.

MOORE JR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia:** senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **O termo modernização conservadora**: *Sua origem e utilização no Brasil.* Jul/set/2009. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, p. 411-424, 2009.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PREBISCH, R. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Org: BIELSCHOWSKY, Ricardo. CEPAL: 2000, Vol. I

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS,2000.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** *ensaios sobre a economia brasileira*. 4 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

1. CARDOSO & FALETTO (1979), pp. 16-24. [↑](#footnote-ref-2)
2. *Idem*, p. 21. [↑](#footnote-ref-3)
3. Referindo-se, à época, da contribuição de autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, que nos estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) utilizaram-se do método do estruturalismo histórico, que consiste no exame econômico das nações a partir de suas especificidades estruturais históricas, para entender a condição de subdesenvolvimento nos países latino-americanos; para isso, ver, por exemplo: PREBISCH, R. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Org: BIELSCHOWSKY, Ricardo. CEPAL: 2000, Vol. I.; e FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961. [↑](#footnote-ref-4)
4. CARDOSO & FALETTO (1979), p. 26. [↑](#footnote-ref-5)
5. “As duas dimensões do sistema econômico, nos países em processo de desenvolvimento, a interna e a externa, expressam-se no plano social, onde adotam uma estrutura que se organiza e funciona em termos de uma dupla conexão: segundo as pressões e vinculações externas e segundo o condicionamento dos fatores internos que incidem sobre a estratificação social.” (*Idem*, p. 37). [↑](#footnote-ref-6)
6. *Idem*, pp. 34-6. [↑](#footnote-ref-7)
7. Em que o autor elenca os países que têm esse caráter de “*plantation*”: Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia entre outros. Essa organização produtiva na colônia era o que Caio Prado Jr. chamava no Brasil de, essencialmente, o sentido colonial: monocultura agroexportadora, trabalho escravo e latifúndio, o que foi explorado fundamentalmente, como Prado Jr. mostra, para a colonização do território brasileiro. PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. [↑](#footnote-ref-8)
8. CARDOSO & FALETTO (1979), pp. 39-51; CARDOSO (1978). Ademais, a formação de enclaves pode ser também pelo que FHC denomina por “latifúndio de baixa produtividade”, que para o autor são os empreendimentos agrícolas não relacionados ao setor exportador, mas ao abastecimento interno. [↑](#footnote-ref-9)
9. Sobre as alianças políticas e a formação dos grupos sociais, formam-se “classe dominante local ‘tradicional’, impregnada de características estamentais, de vocação e função mais políticas do que econômicas, e classes sociais ‘modernas’, isto é, cuja razão de ser se define por sua situação de mercado [...]. As consequências dessa situação se fazem sentir de forma acentuada quando [...] a pressão das classes médias contra a ‘dominação enclavista’ se intensifica.” (CARDOSO, 1978, p. 77). Isto é, o caráter contraditório das classes médias (“embrião de burguesia nacional” como o autor diz) frente às classes políticas de cunho tradicional se intensifica, sendo a tônica da “etapa de transição”. [↑](#footnote-ref-10)
10. CARDOSO & FALETTO, 1979, pp. 55-90. [↑](#footnote-ref-11)
11. TAVARES, Maria da Conceição*. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro****:*** *ensaios sobre a economia brasileira.* 4 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. [↑](#footnote-ref-12)
12. CARDOSO & FALETTO, 1979, p. 96. [↑](#footnote-ref-13)
13. FERNANDES, 1981a, pp. 31-85. [↑](#footnote-ref-14)
14. *Idem*, pp. 86-145. [↑](#footnote-ref-15)
15. *Ibidem*, p. 150. [↑](#footnote-ref-16)
16. *Ibidem*, pp. 149-197. [↑](#footnote-ref-17)
17. *Ibidem*, pp. 203-8. [↑](#footnote-ref-18)
18. *Ibidem*, pp. 209-214. [↑](#footnote-ref-19)
19. *Ibidem*, pp. 215-221. [↑](#footnote-ref-20)
20. o mercado “passa a centralizar, gradualmente, operações comerciais e financeiras[...]; doutro lado, ele também passa a ligar[...]regiões descontínuas e muito distantes entre si, imprimindo à relação capitalista uma função unificadora nacional de que ela fora, anteriormente, destituída” (*Idem*, p. 238). [↑](#footnote-ref-21)
21. *Idem*, pp. 228-250. [↑](#footnote-ref-22)
22. *Idem*, pp. 278-288. [↑](#footnote-ref-23)
23. CARDOSO, F. H. *Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos.* São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 15, nº 4 (60), outubro-dezembro/95. [↑](#footnote-ref-24)
24. Que representou um processo de maior abertura comercial e financeira, não só no Brasil mas em grande parte do mundo. É interessante que, como aspecto negativo, CARDOSO (1995) dá o exemplo dos fluxos de capital especulativo, com os quais posteriormente seu próprio governo teria dificuldades, em meados de 1998-1999. [↑](#footnote-ref-25)
25. Cardoso, 1995, p. 152. Continuando, ele afirma que “para muitos teóricos da dependência, a solução só viria através da exacerbação das atribuições do Estado e, no limite, o próprio socialismo”. Os governos ditatoriais latino-americanos, no período em que o autor está se referindo, aproximavam-se ou distanciavam-se do socialismo? [↑](#footnote-ref-26)
26. Algo que pode resumir tais estruturas no Brasil, por exemplo: a política do café-com-leite, no começo do séc. XIX. [↑](#footnote-ref-27)
27. Ver, por exemplo: RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS,2000. [↑](#footnote-ref-28)
28. FURTADO, C. *O subdesenvolvimento revisitado.* In: Economia e Sociedade. Campinas: n.1., 1992, p.13. [↑](#footnote-ref-29)